

Recepção do Prémio de História Contemporânea Telmo Faria



É com muita honra que hoje recebo em tão ilustre academia o Prémio de História Contemporânea, também marcado por esse grande vulto da historiografia portuguesa que foi o Prof. Victor de Sá. Honra-me por ser um estímulo e por o entender como uma distinção, uma distinção não entre o conjunto de trabalhos apresentados a concurso, certamente merecedores, mas à investigação histórica, como uma tarefa necessária de aprofundamento, no caso, da realidade portuguesa dos anos trinta deste século. Encaro-o por isso como uma valorização da importância que têm assumido os estudos de História do Estado Novo, já agraciados no passado por esta Casa do Saber, que é a Universidade do Minho, e que vem agora vincar uma nova área disciplinar – o das relações civis-militares, como domínio disciplinar da História Política.

O trabalho "*Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*" foi objecto das minhas provas para a obtenção do grau de mestre, defendido em Julho de 1999, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, então, sob um título diferente: "*As chefias militares do Estado Novo. Das vésperas do conflito espanhol aos inícios da guerra mundial (1935-41)*". Quis a Comissão Portuguesa de História Militar distingui-lo com o *Prémio de Defesa Nacional*, e a Fundação Mário Soares atribuir-lhe uma menção honrosa do seu prémio de história contemporânea. A distinção hoje aqui recebida, pela importância e prestígio que o Conselho Cultural da Universidade do Minho tem, multiplicam as responsabilidades de um estudo que dentro de dias estará disponível em livro.

É caso para dizer, que a partir daí, também o livro estará, como indica o título, "Debaixo de Fogo". Debaixo do fogo insuspeito da crítica e da avaliação pública.

Aproveito a oportunidade apenas, para partilhar algumas das inquietações, e para sublinhar aquilo que penso em relação às grandes perplexidades, que foram afinal de contas o motor da pesquisa e do interesse geral pela investigação.

Diga-se em primeiro lugar, que se nos depararam algumas questões prévias:

1. Historicamente, procurar explicar a génese do regime mais duradouro do século XX português, sem perceber que na matriz original desse longo regime está o espectro militar é, se quisermos, realizar uma análise política insuficiente do ponto de vista da essencialidade histórica.
2. A questão militar no Estado Novo é na fase da sua formatação, genética e central. Percebê-la tornou-se nas novas abordagens do regime autoritário em algo incontornável e até paradigmático.
3. Estudar a história da liderança política de Salazar implica conhecer bem o quadro histórico da sua afirmação, o que se faz num processo de relação civil-militar complexo, e por isso, fascinante, no acto de desventrar uma realidade política como foi a do Estado Novo.

Estas afirmações só podem ser passíveis de aceitação se pensarmos na questão militar como um universo estruturante das relações políticas, o que

implica, desde já, uma assumpção paradigmática clara: a de que o mundo militar e dos militares se constrói num fluxo político. Ou seja, que o assunto militar, enquanto objecto de estudo histórico-politológico possa ser assumido na clássica perspectiva de que os militares são políticos, o que nos afasta de abordagens, a nosso ver redutoras, de que a história militar tem como fio condutor preferencial a prestação guerreira, o cenário da batalha, ou a valorização ideológica da espada e do cavaleiro...

Nada melhor para testemunhar o paradigma teórico de que falamos, do que mergulhar no desafio de perceber a construção e a manutenção do Estado Novo, integrando a *questão militar* como uma problematização política.

Foi nesta perspectiva, renunciando a uma metodologia analítica não sistémica, e não comparativa com outras realidades históricas autoritárias, que procurámos demonstrar lacunas por preencher no actual quadro historiográfico português.

Em primeiro lugar, saber porque é que, sendo o Estado Novo um regime autoritário originário de uma fase de ditadura militar, só consegue resolver "o problema militar", no final da década de trinta. Problema militar que tem duas grandes componentes, e que são, se quisermos duas grandes linhas de força que dominam a história política portuguesa nas vésperas da II Guerra Mundial, a saber:

1. A necessidade do Estado Novo se assumir como uma ditadura civil, fazendo regressar a quartéis muitos dos protagonistas militares do panorama político, não só posterior a 1926, como muitos daqueles que se foram habituando a intervir na vida política durante a I República. Era preciso mais do que afastar militares dos cargos governativos, afastar muitos dos políticos que eram militares da própria instituição "Forças Armadas"(FA).
2. A necessidade incontornável de reformar o mais importante ramo das FA – o Exército –, mas fazê-lo só depois de Salazar controlar *politicamente* esse processo de reforma. É por isso que só a partir de 1935 se criam as condições históricas ideais.

Estes dois parâmetros dominantes demonstram-nos um processo histórico denso, complexo, e por isso rico de acontecimentos e de interpretações. Vale a pena, todavia, tentar especificar melhor essas condições que criam o terreno histórico cujo estudo elaborámos:

Porque haveria que neutralizar as chamadas chefias militares conservadoras que se confundiam com a classe dirigente da Ditadura Militar e nunca deixaram de ser verdadeiros defensores políticos de uma República regenerada, refundadora do espírito do 5 de Outubro, entretanto prevertido pelos “civis” durante 16 anos;

Também porque era matéria prioritária afastar as oposições ao salazarismo, desde a oposição da esquerda republicana, que Luis Farinha bem demonstrou no seu estudo sobre o *revirinho*; até aos ímpetos proto-fascistas, que A. Costa Pinto nos aprofundou nos seus estudos. Essas oposições à esquerda e à direita só a partir de finais de 1934 são completamente desertificadas do panorama político português (o que existirá, futuramente, será o reacender sem êxito e num formato de *putchismo* frentista de sectores perfeitamente anulados pelas forças afectas a Salazar);

A modernização institucional, através de novas estruturas orgânicas no comando superior militar. O modelo foi seguir uma solução europeia com a criação de organismos superiores da defesa nacional, que pudessem centralizar as grandes decisões militares. É nessa linha que surge o CSDN (Conselho Superior de Defesa Nacional) e o CSE (Conselho Superior do Exército), por exemplo¹. O primeiro será na prática o Governo transformado especificamente numa estrutura de política militar, e o segundo composto pela hierarquia militar, sofrerá um esvaziamento político até que se alteram os protagonistas do CSE, num processo de clara substituição do velho generalato republicano por rostos “mais salazaristas”;

O saneamento político-financeiro. Desce cedo (1931) que homens de Salazar nas FA (Forças Armadas), sobretudo, jovens militares reformistas como o capitão Santos Costa, ou o major Barros Rodrigues, desencadeiam um intenso trabalho reformista do Exército, mas só a partir de meados de 1934 se pode avançar graças ao alívio de despesa pública efectuado com a modernização da Marinha. Será esse novo fôlego financeiro, decorrente do fim de um ciclo de investimentos e verbas atribuídas à Marinha, (que fora a prioridade até aí), que se avança, o que acontece em 1935 com a nova Lei de Reconstituição Económica. Ficavam agora lançadas no texto da lei as condições financeiras para modernizar, reorganizar e rearmar o principal ramo das FA: o Exército;

5.º Essa reorganização e o rearmamento militar da força terrestre tem um contexto histórico favorável: o facto de se intensificar o perigo e a ameaça exterior sobre o país, seja numa versão iberista, seja numa versão revolucionária projectada a partir de Espanha (no que era o auge de toda uma tradição de estado-maior: a ideia de um perigo continental provocado a partir de Espanha); quer ainda, como acontece no Verão de 1935, através de ameaças vindas da crispação internacional com incidência nas nossas colónias africanas, por exemplo.

Serão estas grandes razões que permitem a Salazar intervir seguramente, ou seja, com maior controle político, sobre um sector tão delicado como era o Exército na sociedade portuguesa dos anos 30, o que lhe facilitará o sentido da grande reforma militar que irá projectar entre 1937/38. Para isso, contribuiu ainda, como materialização do tal controle político, a “tomada” da pasta da Guerra, em Maio de 1936. A partir daí, teremos ainda um processo muito intenso de conflitos entre chefes militares, de secundarização das opções das chefias quanto a armamento e dimensões de Exército, seguidas de uma autêntica “limpeza política” nos órgãos e estruturas das Forças Armadas, substantivadas pelas reformas publicadas em Dezembro de 1937.

Em termos de resultados imediatos, o plano militar recebe uma reforma, mas os seus chefes nunca se deixam de sentir, na verdade, Debaixo de Fogo!. Debaixo do fogo político de Salazar, ou da conjuntura de perigo potenciada de Espanha ou através de Espanha, seja durante grande parte da Guerra Civil, seja até ao afastamento da ameaça alemã sobre a Península, o que até 1941, preocupa decididamente todas as chefias militares. Sobretudo pela nossa fragilidade militar e pela indefinição da nossa política de defesa.

É preciso não esquecer, que estamos perante uma conjuntura de construção de uma força militar que se sentia desde, praticamente o final da I Guerra Mundial, num *zero militar*, em termos de equipamento e de organização. O primeiro dado essencial para a existência de uma política de defesa passa pela definição estratégica e pelo assegurar de meios que possam dar resposta a esses objectivos estrategicamente definidos. A meu ver, a indefinição estratégica foi dominante até, pelo menos, 1941, tal como os meios, ou seja o equipamento e o armamento foram meramente episódicos até essa altura por razões que aprofundámos e que se cruzam entre dificuldades dos mercados externos estratégicos, como o britânico, e entre dificuldades internas de responder a

modelos de organização divergentes entre Governo e as Chefias Militares. A precisão destas questões leva-nos a rejeitar algumas leituras pouco rigorosas sobre a estratégia portuguesa, e mais concretamente sobre a leitura do Governo, ou seja, através do Capitão Santos Costa sobre o assunto. Dizer por exemplo, que tivemos entre 1935 e 1950 como elemento dominante um princípio de Exército de massas, defendido por um rosto do Governo, como era Santos Costa, é não perceber as teses minimalistas e financeiristas que Salazar e Santos Costa defenderão para o Exército português. Em muitos casos contra as chefias, sobretudo entre 1935 e 1941. Essa questão de um Exército de massas pesa não só na reorganização como no rearmamento, e o que acontece mesmo em plena II Guerra Mundial é uma longa indefinição na defesa portuguesa, só clarificada depois da ajuda britânica, que é clara e realista: em caso de ataque, Portugal deverá retirar-se para as colónias, sobretudo transferindo a sua administração para os Açores. Esta tese, aceite pelo Governo só em finais de 1940, demonstra como a incapacidade militar foi a tônica desde a construção do Estado Novo, e tendo em conta as grandes conjunturas de perigo de 36-45.

A defesa de Portugal parece ter-se, dada a fraqueza militar, feito através do canal da diplomacia, como aposta principal da defesa externa, o que não deixa de constituir uma das mais fortes perplexidades históricas, não só sobre os militares portugueses e a sua instituição, mas sobretudo perante a historiografia.

Estas questões aqui levantadas, procuram apenas suscitar um pouco do que se explora no nosso estudo, feito com grande entusiasmo, apesar das grandes dificuldades para a obtenção de documentação essencial ao labor e à cientificidade da História. Todavia, esperamos que o resultado possa acrescentar algo de novo e possa dar um contributo para uma reflexão sobre o assunto. Foi sempre essa a nossa preocupação principal, pautada pela relativização das nossas interpretações, mas sempre crente que outros juízos se pronunciarão e que só a partir dessa altura, o estudo, poderia na verdade, não dar-se por acabado, mas ao invés encontrar o seu próprio início.

Termino, voltando-me uma vez mais para o Júri e para todo o Conselho Cultural desta Universidade, agradecendo-lhe a confiança depositada e o incentivo público que quiseram dar. Já teria valido a pena, pelo verdadeiro prazer que pude experimentar no aprofundar do estudo, hoje, tem seguramente outro sabor e outro valor, por saber que V. Ex.^{as} se interessaram por ele.

Muito obrigado.

Nota

¹ A filosofia do pós-I Guerra Mundial, na maior parte dos países europeus, alavancada no espírito de que a guerra era um assunto demasiado sério para ser deixado aos militares, como referia Clemenceau, foi a da criação de organismos superiores que centralizassem as questões da defesa nacional, vistas agora numa esfera mais alargada do que o plano restritamente militar.

